

# SUMÁRIO

## PARTE I: TEORIA GERAL DO TABELIONATO DE NOTAS

<b>1. Visão Geral.</b> .....	<b>19</b>
1.1 Conceito .....	19
1.1.1 A teoria de Gattari .....	19
1.1.2 Teoria da Fé Pública .....	23
1.1.3 Teoria Instrumentalista .....	23
1.1.4 Teoria Subjetivista .....	24
1.1.5 Teoria Funcionalista .....	25
1.1.6 Teoria Enciclopédica .....	25
1.1.7 Teoria Eclética .....	25
1.2 Competência .....	26
1.3 Finalidade .....	26
1.4 Atribuições .....	27
1.4.1 Atos protocolares .....	27
1.4.2 Atos extraprotocolares .....	28
1.4.3 Atos mistos .....	28
<b>2. Princípios.</b> .....	<b>31</b>
2.1 Princípio da autonomia privada .....	31
2.2 Princípio da juridicidade, segurança social ou controle de legalidade .....	32
2.3 Princípio da cautelaridade, profilaxia ou prevenção .....	33
2.4 Princípio da Imparcialidade ou Moralidade .....	35
2.5 Princípio Rogatório ou da Instância .....	37
2.6 Princípio da Publicidade .....	40
2.7 Princípio da Técnica ou da forma .....	42
2.8 Princípio da Unicidade do Ato (atual Princípio da Concentração) .....	43
2.9 Princípio da Economia .....	46

2.10 Princípio da Imediação ..... 46

**PARTE II: PRÁTICA NOTARIAL**

**1. Atos Notariais ..... 51**

1.1 Conceito ..... 51

1.2 Regime Jurídico ..... 52

1.3 Natureza Jurídica ..... 53

1.4 Elementos Fundamentais ..... 54

1.4.1 Autoria ..... 54

1.4.2 Materialidade ..... 55

1.4.3 Conteúdo ..... 56

1.5 Profilaxia real ..... 57

**2. Forma Negocial ..... 61**

2.1 Atos que exigem escritura Pública ..... 61

2.2 O artigo 108 do Código Civil (negócios com forma especial) ..... 62

2.2.1 Introdução ..... 62

2.2.2 Primeira Exceção ..... 63

2.2.3 Segunda Exceção ..... 64

2.2.4 Trinta salários-mínimos ..... 64

2.2.5 Constituição de direitos reais imobiliários ..... 65

2.2.6 Transferência de direitos reais imobiliários ..... 66

**3. Escritura Pública ..... 67**

3.1 Conceito ..... 67

3.2 Classificação ..... 68

3.3 Natureza jurídica ..... 69

3.4 Pressupostos Genéricos ..... 70

3.4.1 Lavratura exclusivamente por notário ou seus substitutos legais ..... 70

3.4.2 Data ..... 70

3.4.3 Local ..... 71

3.4.4 Identificação das Partes, intervenientes e comparecentes ..... 71

3.4.5 Reconhecimento da capacidade ..... 72

3.4.6 Controle do cumprimento de exigências legais e fiscais ..... 73

3.4.7 Declaração de ter sido lida na presença das partes ou demais comparecentes ..... 75

3.4.8	Ressalva das rasuras, riscaduras ou incidentes . . . . .	76
3.4.9	Assinatura das partes e demais comparecentes . . . . .	76
3.4.10	Subscrição do tabelião de notas ou do seu substituto legal, encerrando o ato	77
3.5	Pressupostos específicos . . . . .	77
3.5.1	Procuração . . . . .	78
3.5.2	Pessoa Jurídica . . . . .	79
3.5.3	Escrituras de Doação . . . . .	79
3.5.4	Escrituras de incapaz . . . . .	80
3.5.5	Nomen iuris. . . . .	80
3.5.6	Forma de pagamento e quitação. . . . .	81
3.6	Requisitos Subjetivos . . . . .	82
3.6.1	Capacidade . . . . .	82
3.6.2	Consentimento . . . . .	86
3.6.3	Pessoa Jurídica . . . . .	89
3.7	Requisitos Objetivos . . . . .	94
3.8	Requisitos Formais . . . . .	97
<b>4.</b>	<b>Escrituração . . . . .</b>	<b>99</b>
4.1	Livros . . . . .	99
4.2	Classificadores . . . . .	100
<b>5.</b>	<b>Emolumentos . . . . .</b>	<b>103</b>
<b>6.</b>	<b>Publicidade formal. . . . .</b>	<b>107</b>
6.1	Traslados . . . . .	107
6.2	Certidões . . . . .	108
6.3	Pública-forma . . . . .	109
<b>7.</b>	<b>Sistema Eletrônico. . . . .</b>	<b>111</b>
7.1	Sistema de Atos Notariais Eletrônicos (e-Notariado) . . . . .	111
7.1.1	Objetivos. . . . .	111
7.1.2	Acessibilidade das informações. . . . .	112
7.1.3	Gestão do sistema . . . . .	113
7.1.4	Certificado digital . . . . .	114
7.1.5	Funcionalidades . . . . .	114
7.1.6	Usuários. . . . .	114
7.2	Atos notariais eletrônicos . . . . .	115

## SUMÁRIO

7.2.1	Introdução . . . . .	115
7.2.2	Competência . . . . .	116
7.2.3	Partes . . . . .	118
7.2.4	Requisitos . . . . .	118
7.2.5	Reconhecimento de firma . . . . .	120
7.2.6	Autenticação . . . . .	121
7.2.7	Materialização e desmaterialização . . . . .	121
7.3	Matrícula Notarial Eletrônica – MNE . . . . .	122

## PARTE III: ESCRITURAS TRANSLATIVAS

<b>1. Compra e venda . . . . .</b>	<b>127</b>	
1.1	Conceito . . . . .	127
1.2	Características . . . . .	128
1.3	Elementos constitutivos . . . . .	129
1.4	Efeitos jurídicos . . . . .	133
<b>2. Doação . . . . .</b>	<b>137</b>	
2.1	Conceito . . . . .	137
2.2	Natureza jurídica . . . . .	138
2.3	Características . . . . .	140
2.3.1	Contratualidade . . . . .	140
2.3.2	Animus Donandi . . . . .	140
2.3.3	Transferibilidade . . . . .	140
2.3.4	Aceitação . . . . .	141
2.4	Requisitos de validade . . . . .	142
2.4.1	Introdução . . . . .	142
2.4.2	Requisitos subjetivos . . . . .	142
2.4.3	Requisitos objetivos . . . . .	144
2.4.4	Requisitos formais . . . . .	147
2.5	O problema do donatário incapaz . . . . .	147
2.5.1	Introdução . . . . .	147
2.5.2	O Código Civil de 2002 . . . . .	147
2.5.3	Apontamentos para a Solução do Problema . . . . .	148
2.6	Revogação . . . . .	150

**3. Alienação fiduciária..... 153**

**PARTE IV: ESCRITURAS DE FAMÍLIA E SUCESSÕES**

**1. Testameto Público ..... 159**

- 1.1 Conceito ..... 159
- 1.2 Requisitos ..... 160
  - 1.2.1 Lavratura por tabelião ou substituto..... 160
  - 1.2.2 Presença de duas testemunhas ..... 161
  - 1.2.3 Leitura do testamento ..... 162
  - 1.2.4 Data e assinatura ..... 162
- 1.3 Traslado..... 163
- 1.4 Emolumentos ..... 163

**2. Testamento Cerrado ..... 165**

- 2.1 Conceito ..... 165
- 2.2 Características ..... 165
- 2.3 Requisitos ..... 166
  - 2.3.1 Cédula testamentária ..... 166
  - 2.3.2 Entrega do testamento ..... 167
  - 2.3.3 Auto de aprovação ..... 168
  - 2.3.4 Cerramento ..... 168
  - 2.3.5 Entrega ao Testador ..... 169

**3. Cessão de direitos hereditários ..... 171**

- 3.1 Conceito ..... 171
- 3.2 Pressupostos..... 172
  - 3.2.1 Tempo da cessão ..... 172
  - 3.2.2 Objeto da cessão ..... 173
  - 3.2.3 Direito de Preferência ..... 174
  - 3.2.4 Vênia Conjugal ..... 177
- 3.3 Forma ..... 177
- 3.4 Efeitos ..... 179

**4. Separação e divórcio..... 181**

- 4.1 Introdução..... 181

4.2	Pressupostos	182
4.2.1	Vigência de casamento válido (art. 1.574 do CC)	182
4.2.2	Manifestação inequívoca e expressa de vontade	182
4.2.3	Concordância quanto às cláusulas do ato notarial	183
4.2.4	Ausência de cláusulas prejudiciais.	183
4.2.5	Assistência do advogado ou defensor público	183
4.2.6	Inexistência de filho menor ou incapaz.	184
4.2.7	Inexistência de nascituro	186
4.2.8	Inexistência de prazo de separação de fato ou de direito	186
4.3	Requisitos intrínsecos	187
4.4	Requisitos extrínsecos	192
4.5	Requisitos formais	192
4.6	Especificidades da escritura de separação consensual	194
4.7	Especificidades da escritura de divórcio consensual	194
4.8	Escritura de restabelecimento da sociedade conjugal	194
4.9	Gratuidade.	196
<b>5.</b>	<b>Inventário e partilha</b>	<b>199</b>
5.1	Conceito	199
5.2	Natureza jurídica	201
5.3	Competência notarial	202
5.4	Pressupostos	203
5.4.1	Capacidade das partes	203
5.4.2	Cônjuge do herdeiro	203
5.4.3	Companheiro do de cujus	204
5.4.4	Concordância das partes	205
5.4.5	Inexistência de testamento válido e eficaz.	205
5.4.6	Assistência de advogado	206
5.5	Requisitos intrínsecos	207
5.5.1	Qualificação	207
5.5.2	Nomeação de inventariante	208
5.5.3	Bens.	208
5.6	Requisitos subjetivos	210
5.6.1	Herdeiros, cônjuges e companheiros	210
5.6.2	Credores	211

## SINOPSES NOTARIAIS E REGISTRAIS: TABELIONATO DE NOTAS

5.6.3	Cessionários	211
5.6.4	Renunciante	212
5.7	Requisitos formais	213
5.8	Aspectos tributários	214
5.9	Especificidades	218
5.9.1	Direito intertemporal	218
5.9.2	Negativa do tabelião	219
5.9.3	Retificação	219
5.9.4	Levantamento do FGTS (Lei 6.858/1980)	220
5.10	Prazos	220
5.11	Central de escrituras de separação, divórcio e inventários – CESDI	221

## PARTE V: OUTRAS ESCRITURAS

<b>1. Fundação</b>	<b>225</b>
<b>2. Dação em pagamento</b>	<b>227</b>
<b>3. Novação</b>	<b>229</b>
<b>4. Cessão de direitos possessórios</b>	<b>231</b>
<b>5. Testamento Vital</b>	<b>233</b>

## PARTE VI: PROCURAÇÃO PÚBLICA E ATA NOTARIAL

<b>1. Procuração Pública</b>	<b>239</b>
1.1 Representação	239
1.1.1 Noções gerais	239
1.1.2 Espécies	241
1.1.3 Representação e Mandato	241
1.1.4 Representação e mensagem ou nunciatura	241
1.1.5 Representação legal e aparente	242
1.1.6 Contrato consigo mesmo ou autocontratação	250
1.1.7 Efeitos	252
1.2 Mandato	253
1.2.1 Conceito	253

1.2.2	Natureza Jurídica . . . . .	253
1.2.3	Mandato e Procuração . . . . .	255
1.2.4	Substabelecimento . . . . .	256
1.2.5	Características . . . . .	257
1.2.6	Requisitos subjetivos . . . . .	258
1.2.7	Requisitos objetivos . . . . .	259
1.2.8	Requisitos Formais. . . . .	261
1.2.9	Classificação. . . . .	262
1.2.10	Cláusula Mandato . . . . .	265
1.2.11	Extinção . . . . .	265
1.3	Procuração . . . . .	267
1.3.1	Previsão legal . . . . .	267
1.3.2	Conceito . . . . .	269
1.3.3	Natureza Jurídica . . . . .	269
1.3.4	Espécies . . . . .	270
1.3.5	Requisitos subjetivos . . . . .	271
1.3.6	Formalização . . . . .	272
1.3.7	Efeitos da Procuração . . . . .	274
1.3.8	Extinção. . . . .	275
1.4	Procuração em Causa Própria . . . . .	277
1.4.1	Origem histórica e conceitos . . . . .	277
1.4.2	Características . . . . .	278
1.4.3	Requisitos . . . . .	279
1.4.4	Registro da procuração em causa própria . . . . .	280
1.4.5	Substabelecimento . . . . .	280
<b>2.</b>	<b>Ata Notarial. . . . .</b>	<b>283</b>
2.1	Conceito . . . . .	283
2.2	Natureza Jurídica . . . . .	284
2.3	Objeto. . . . .	285
2.4	Espécies . . . . .	287
2.4.1	Introdução. . . . .	287
2.4.2	Ata de presença . . . . .	288
2.4.3	Ata de referência . . . . .	288
2.4.4	Ata de notoriedade. . . . .	289



## SINOPSES NOTARIAIS E REGISTRAS: TABELIONATO DE NOTAS

2.4.5	Ata de protocolização . . . . .	289
2.4.6	Ata de depósito . . . . .	290
2.4.7	Ata de protesto . . . . .	291
2.4.8	Ata de notificação . . . . .	291
2.4.9	Ata de subsanação . . . . .	292
2.4.10	Ata para fins de usucapião . . . . .	293
2.5	Forma . . . . .	294
2.6	Competência . . . . .	295
2.6.1	Atribuição territorial . . . . .	295
2.6.2	Impedimento legal do tabelião . . . . .	296
2.6.3	Impedimentos disciplinares . . . . .	296
2.7	Lavratura . . . . .	296
2.7.1	Unicidade do ato . . . . .	296
2.7.2	Matérias . . . . .	297
2.7.3	Juízo de valor . . . . .	297
2.7.4	Horário dos fatos percebidos pelo tabelião . . . . .	298
2.8	Requisitos . . . . .	298
2.8.1	Introdução . . . . .	298
2.8.2	Requerimento . . . . .	299
2.8.3	Capacidade do requerente . . . . .	300
2.8.4	Qualificação dos envolvidos . . . . .	300
2.8.5	Data e local da lavratura e do fato . . . . .	301
2.8.6	Narrativa dos fatos . . . . .	302
2.8.7	Idioma nacional . . . . .	302
2.8.8	Declaração de leitura do instrumento ao solicitante e testemunhas . . . . .	303
2.8.9	Assinatura do tabelião e das partes . . . . .	304

## PARTE VII: ATOS EXTRA-PROTOCOLARES

<b>1. Reconhecimento de Firma . . . . .</b>	<b>309</b>
1.1 Conceito . . . . .	309
1.2 Espécies . . . . .	310
1.3 Natureza Jurídica . . . . .	312
1.4 Regime Jurídico . . . . .	312

## SUMÁRIO

---

1.5	Acessibilidade .....	313
1.6	Cartão de assinatura ou ficha-padrão .....	315
1.7	Emolumentos .....	316
1.8	Decisões .....	317
1.9	Chancela mecânica .....	317
<b>2.</b>	<b>Autenticações .....</b>	<b>319</b>
2.1	Conceito .....	319
2.2	Natureza Jurídica .....	320
2.3	Efeitos .....	320
2.4	Formalização .....	320
2.5	Requisitos .....	321
2.6	Documentos eletrônicos .....	323
2.7	Emolumentos .....	324
	<b>Referências .....</b>	<b>326</b>